



PROTAGONISMO INVISÍVEL: A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DAS MARISQUEIRAS DE ILHA GRANDE

INVISIBLE PROTAGONISM: THE IMPORTANCE AND CHALLENGES OF THE MARISQUEIRAS OF ILHA GRANDE

PROTAGONISMO INVISIBLE: LA IMPORTANCIA Y LOS DESAFÍOS DE LAS MARISQUEIRAS DE ILHA GRANDE

Acácia Santos de Araujo¹, José Eloizio da Costa², Patricia Oliveira do Nascimento³, Daniela Santos Feitoza⁴, Fabiana dos Santos Pinheiro⁵

e412487

<https://doi.org/10.47820/recima21.v4i1.2487>

PUBLICADO: 01/2023

RESUMO

Tendo por cenário o complexo manguezal, este estudo foi baseado nas vivências sociais das marisqueiras, considerando o processo histórico de identificação e reconhecimento como pescadoras artesanais, enfatizando inclusive o que lhes são assegurados por lei, além dos obstáculos e desafios encontrados e enfrentados no âmbito do seu ambiente de trabalho, tornando-o um ambiente de trabalho precarizado, marginalizado e desregulamentado que abrange uma parcela significativa da prática desenvolvida por mulheres, sendo ainda exploradas pela Divisão Social do Trabalho, fato que afirma o quão o trabalho feminino é incorporado de forma desigual pelo sistema capitalista através da desigualdade de gênero. Este estudo foi realizado com as marisqueiras da comunidade de Ilha Grande, localizada na cidade de São Cristóvão/SE, com base no método empírico analítico, que proporcionou observar a partir da experiência e do vivido, os desafios e as conquistas dessas trabalhadoras, com o objetivo analisar o protagonismo das marisqueiras de Ilha Grande e a importância socioeconômica do seu trabalho e os desafios encontrados que tornam seu trabalho simplório e de baixa significância.

PALAVRAS-CHAVE: Protagonismo. Invisibilidade. Marisqueiras.

ABSTRACT

Against the backdrop of the mangrove complex, this study was based on the social experiences of seafood, considering the historical process of identification and recognition as artisanal fishermen, even emphasizing what is guaranteed to them by law, in addition to the obstacles and challenges encountered and faced within their work environment. In this scenario that seafood restaurants meet, they are invisible at the same time as they are protagonists concerning fishing activity, which, because of the circumstances of this duality, becomes a precarious, marginalized, and deregulated work environment that covers a significant portion of the practice developed by women, and is further explored by the Social Division of Labor, a fact that affirms how unequally incorporated women's work is by the capitalist system through gender inequality. This study was carried out with the seafood trees of the community of Ilha Grande, located in the city of São Cristóvão/SE, based on the empirical analytical method, which provided to observe from the experience and lived the challenges and achievements of these workers, intending to analyze the protagonism of the seafood companies of

¹ Graduada em Geografia, Mestranda pela mesma instituição e professora de Geografia do ensino básico. Universidade Federal de Sergipe.

² Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe e Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista e Pós-Doutorado na Universidade Federal do Ceará. Professor Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

³ Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Doutoranda pela mesma instituição e Professora de Geografia do Ensino Básico.

⁴ Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia.

⁵ Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROTAGONISMO INVISÍVEL: A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DAS MARISQUEIRAS DE ILHA GRANDE
Acácia Santos de Araujo, José Eloizio da Costa, Patrícia Oliveira do Nascimento,
Daniela Santos Feitoza, Fabiana dos Santos Pinheiro

Ilha Grande and the socioeconomic importance of their work and the challenges encountered that make their work simple and low significance.

KEYWORDS: *Protagonism. Invisibility. Seafood.*

RESUMEN

En el contexto del complejo de manglares, este estudio se basó en las experiencias sociales de los productos del mar, considerando el proceso histórico de identificación y reconocimiento como pescadores artesanales, incluso enfatizando lo que les asegura la ley, además de los obstáculos y desafíos encontrados y enfrentados dentro de su entorno de trabajo, convirtiéndolo en un ambiente de trabajo precario, marginada y desregulada que cubre una parte significativa de la práctica desarrollada por las mujeres, siendo explorada más a fondo por la División Social del Trabajo, un hecho que afirma cómo el trabajo de las mujeres incorporado de manera desigual es incorporado por el sistema capitalista a través de la desigualdad de género. Este estudio fue realizado con los árboles de mariscos de la comunidad de Ilha Grande, ubicada en la ciudad de São Cristóvão/SE, basado en el método analítico empírico, que proporcionó observación desde la experiencia y la experiencia, los desafíos y logros de estos trabajadores, con el objetivo de analizar la prominencia de las empresas pesqueras de Ilha Grande y la importancia socioeconómica de su trabajo y los desafíos encontrados que hacen que su trabajo sea simple y de baja significación.

PALABRAS CLAVE: *Protagonismo. Invisibilidad. Marisco.*

INTRODUÇÃO

“Ainda é noite, quando mulheres começam na organização para mais um dia. Elas conferem os objetos que irão ser utilizados, separam as roupas, preparam a comida que levarão e a comida que terão que deixar preparada para o restante do seu núcleo familiar, muitas precisam levar seus filhos, por não terem com quem e onde deixarem, sendo que os mais velhos irão auxiliar nas etapas básicas. Elas separam os pedaços de tecidos que vão ser colocados sobre a cabeça para apoiar e auxiliar no equilíbrio dos grandes recipientes (baldes e bacias), e lá vão elas, sempre acompanhadas de outras, e juntas vão para mais um dia de trabalho no manguezal. São elas, as marisqueiras”.

O texto acima remete às lembranças da infância da autora, vividas num momento economicamente difícil, portanto desafiador, onde se fazia necessário acompanhar a sua mãe e suas vizinhas a ida até a “maré” para poder ter alimento nas refeições, sendo que muitas dessas mulheres comercializavam os mariscos na feira da cidade ou até mesmo na própria comunidade como renda única ou complementar.

O texto em alusão, além de revisitar um passado marcado por dificuldades e aventuras de criança, tem como objetivo preannunciar o que será abordado nesse estudo, que é a importância social e econômica das marisqueiras para a comunidade Ilha Grande, localizada na cidade de São Cristóvão/SE, bem como os desafios que estas enfrentam na prática pesqueira.

Popularmente intitulado de “mangue” pelos povos tradicionais ribeirinhos, o manguezal é um ecossistema costeiro, que serve como depósito de matéria orgânica, sendo uma área que fica entre o continente e o ambiente marinho e depende da dinâmica das marés. É um ambiente que serve para abrigar muitas espécies de animais, além de ser utilizado para a reprodução, desenvolvimento e até alimentação destes. Possui em suas adjacências comunidades que dependem desse ecossistema,



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROTAGONISMO INVISÍVEL: A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DAS MARISQUEIRAS DE ILHA GRANDE
Acácia Santos de Araujo, José Eloizio da Costa, Patrícia Oliveira do Nascimento,
Daniela Santos Feitoza, Fabiana dos Santos Pinheiro

as quais são denominadas de comunidades tradicionais ribeirinhas, que só foram reconhecidas formalmente pelo Governo Federal pelo Decreto Presidencial nº 6.040/2007, garantindo que essas comunidades pudessem se beneficiar de políticas públicas específicas, assegurando assim seus direitos, e contribuindo para a preservação de sua história (JANÉR, 2012).

Uma dessas comunidades é Ilha Grande, um povoado localizado na Cidade de São Cristóvão, primeira capital sergipana, e que possui um legado histórico e cultural sendo beneficiada por recursos hídricos em abundância que contribuem para o setor econômico local, e que foram de extrema importância para o desenvolvimento da cidade, como o rio Vaza-Barris que tem sua desembocadura no oceano Atlântico e o rio Paramopama, ambos essenciais para os moradores de Ilha Grande, que vivem basicamente da pesca fluvial, da extração de mariscos e pequena agricultura de subsistência, além de possuírem saberes e práticas que são importantes na forma de relacionar-se com o meio natural, caracterizando-a e reafirmando-a como uma comunidade tradicional ribeirinha.

De acordo com Diegues (1983, p. 78), as sociedades tradicionais são caracterizadas pela dependência com a natureza e os ciclos e recursos naturais renováveis a partir do qual se constrói um “modo de vida”, pela relação desses recursos com as práticas e saberes perpassados por gerações.

A motivação deste estudo se deu a partir de duas vivências particulares da autora: a primeira se refere às experiências pessoais da prática do trabalho árduo que é o das marisqueiras, muitas vezes em condições precárias, mas que durante alguns anos foi a principal atividade de subsistência familiar. A outra vivência corresponde a experiências enquanto estagiária na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos SEMARH, órgão responsável pelos trabalhos técnicos durante o processo de criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) que contemplaria algumas comunidades ribeirinhas, entre elas Ilha Grande, a qual foi dada a oportunidade de acompanhar todo o processo para a criação dessa Unidade de Conservação, o que inclui o contato e diálogo com as marisqueiras e pescadores da comunidade em questão, que descreviam e expressavam a relação com o manguezal, desde suas práticas e saberes até a relação afetiva com esse ecossistema.

Tendo por cenário o complexo manguezal da comunidade Ilha Grande, este estudo refere-se à forma que essas trabalhadoras se organizam e como se relacionam e estabelecem essas relações sociais, abordando o processo histórico de identificação e reconhecimento como pescadoras artesanais, enfatizando inclusive o que lhes são assegurados por lei, além dos obstáculos e desafios encontrados e enfrentados no âmbito do seu ambiente de trabalho na pesca artesanal. Sendo assim, esta pesquisa tem como objetivo analisar o protagonismo das marisqueiras de Ilha Grande e a importância socioeconômica do seu trabalho.

Considerando a prática da extração de mariscos predominantemente uma prática feminina, vale destacar que “pode ser considerada pesca artesanal, pois se caracteriza por uma pesca de baixo impacto ambiental” (FIGUEREDO; PROST, 2014, p. 83), outro fato que justifica a mariscagem como



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROTAGONISMO INVISÍVEL: A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DAS MARISQUEIRAS DE ILHA GRANDE
Acácia Santos de Araujo, José Eloizio da Costa, Patricia Oliveira do Nascimento,
Daniela Santos Feitoza, Fabiana dos Santos Pinheiro

pesca artesanal, é por ser um trabalho desenvolvido por vários membros familiares e por ser uma atividade em que seus saberes empíricos são repassados por gerações, (OLIVEIRA, 2018).

Para a concretização desta pesquisa optou-se por utilizar técnicas metodológicas que auxiliem na investigação científica, que é o fator essencial para o desenvolvimento dela, o que vai influenciar em novas descobertas e na análise da interação entre os sujeitos com o meio. Sendo assim, esta pesquisa foi desenvolvida pela abordagem qualitativa, a partir do método empírico-analítico, por estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes.

A construção metodológica desta pesquisa se entrelaça com as experiências e os desafios encontrados e superados no percurso da formação acadêmica, que vai desde o levantamento bibliográfico que são a base para o início desse trilhar até as reflexões pós encontro com os atores sociais. As etapas que foram seguidas para a obtenção dos resultados deste estudo foram: levantamento de dados, pesquisa em campo, aplicação de questionário, entrevistas semiestruturada com atores sociais e sistematização e análise dos dados.

Este estudo está estruturado em três tópicos, sendo o primeiro voltado para a invisibilidade da mulher na comunidade pesqueira, destacando a importância do seu trabalho e as características do tipo de pesca a qual elas pertencem, que é a pesca artesanal. Sendo assim, realizam essa abordagem os autores: Oliveira (2018), Motta-Maués (19 99), Diegues (1983), Woortmann (1992), Figueiredo (2014), Dantas (2018) e Borges (2017). Todos esses realizaram estudos que foram essenciais na abordagem sobre a temática.

A segunda parte foi construída a partir das abordagens sobre a vulnerabilidade social das marisqueiras, ou seja, os tipos de situações que essas mulheres estão expostas aos fatores que dificultam ou impossibilitam a garantia do seu bem-estar, além da discussão que transitam sobre os riscos ocupacionais que o ambiente de trabalho e/ou a forma da execução das suas funções oferecem. Nesta perspectiva destacam-se os estudos de IPEA (2018), Kipnis (2015), Dantas (2018), Santos (2012), Goiabeira (2012), Martins (2011), Jesus (2015), Oliveira (2018) e Figueiredo (2014)

O último tópico dessa segunda parte é referente a atuação das marisqueiras no setor produtivo, além dos tipos de leis e regulamentação do seu trabalho. Para isso, a base teórica fica sobre os estudos de Huguenin, Hellebrandt (2018), Kergoat, (2009), CONEDU (2005), Santos (2012), Machado (2017) e Torres (2014).

Finalizando, tem-se as considerações finais do caminhar da pesquisa, onde constam as experiências deste estudo atrelando a base teórica com a etapa empírica, onde foi possível a obtenção das respostas para as questões norteadoras desta pesquisa, além da pretensão de contribuir para que outros trabalhos acadêmicos com esses contextos sejam desenvolvidos.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROTAGONISMO INVISÍVEL: A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DAS MARISQUEIRAS DE ILHA GRANDE
Acácia Santos de Araujo, José Eloizio da Costa, Patrícia Oliveira do Nascimento,
Daniela Santos Feitoza, Fabiana dos Santos Pinheiro

A INVISIBILIDADE DA MULHER NA PESCA

Ao referenciar a atuação da mulher na pesca, é essencial que seja feita uma análise das relações socioambientais que estão sendo estabelecidas entre as marisqueiras e o ecossistema manguezal, potencializando a dinâmica da atividade pesqueira e seus resultados que irão compor a renda familiar. Desta forma, Borges (2017) cita a pesca como uma das mais antigas atividades econômicas e sobretudo de subsistência, sendo classificada em categorias: “pesca científica, amadora, subsistência, artesanal ou de pequena escala e pesca empresarial/industrial” (BORGES, 2017, p. 32) Os vestígios desta atividade estão presentes em sítios arqueológicos afirmando sua prática no período Paleolítico, datada de aproximadamente 50 mil anos.

A pesca se desenvolveu e foi incorporando novas técnicas e instrumentos de trabalho, criando modalidades no ramo pesqueiro, como a pesca artesanal que tem características marcantes por ser uma opção que abrange as necessidades comerciais e de subsistência, sendo considerada como pesca de pequena escala.

De acordo com a Lei no 11.959 de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, em seu art. 8, a pesca de pequena escala é praticada de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte (BORGES 2017).

A pesca artesanal se caracteriza também pelo fato do não uso de equipamentos pesados e tecnologia moderna, “onde a prática e as habilidades tendem a ser precisas, dessa forma, a classificação das categorias da pesca é dada a partir dos apetrechos usados nas pescarias e as finalidades atribuídas a esse pescado”. (OLIVEIRA, 2018, p. 23). Essas características é o que ainda, segundo a autora “evidenciam o caráter artesanal da atividade pesqueira, sua rusticidade e a expertise do profissional na coleta do pescado, pois dele retira sua subsistência, e se destaca pela sua condição para comercializá-lo” (OLIVEIRA, 2018, p. 24).

Outra característica marcante da pesca artesanal é a participação familiar, podendo ser realizada por todos os membros da família, inclusive por crianças, quando estas não têm com quem ficar durante a ausência de sua mãe, e até de idosos de forma conjunta, até porque a pesca artesanal é desenvolvida a partir dos saberes empíricos “através da tradição oral e da vivência prática, com poucas modificações em relação ao método praticado durante milênios” (OLIVEIRA, 2018, p. 26)

Para Motta-Maués (1999), a atividade pesqueira, no país, é a atividade tradicionalmente executada pelos homens, sendo esta, inclusive, pensada e dominada essencialmente pelos mesmos, atividade esta que segundo Diegues (1983) passou por modificações no decorrer dos anos devido a política de criação da pesca empresarial, o qual desvalorizou o trabalho da mão-de-obra artesanal, afetando assim no “ganha-pão” daqueles que dependem da pesca.

Numa comunidade tradicional ribeirinha, as atenções por muito tempo estavam voltadas às atividades dos homens, que eram desenvolvidas majoritariamente em alto mar, ficando para estes os



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROTAGONISMO INVISÍVEL: A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DAS MARISQUEIRAS DE ILHA GRANDE
Acácia Santos de Araujo, José Eloizio da Costa, Patrícia Oliveira do Nascimento,
Daniela Santos Feitoza, Fabiana dos Santos Pinheiro

créditos de todo o trabalho pesqueiro, onde a atividade das mulheres eram inibidas por serem consideradas incapazes de executar atividades que exigirá tanto da força física, ficando estas apenas para os cuidados com a casa, com os filhos e com a pequena produção agrícola, quando continham, afirmando assim uma desvalorização da mulher nas atividades econômicas comunitárias.

O padrão hegemônico que categorizou os corpos também lhes atribuiu papéis sociais a serem desenvolvidos e, mais do que isso, instituiu uma forte carga naturalista no seu desempenho. Aos sujeitos femininos se atribui o desempenho da maternagem, passividade, docilidade, fragilidade e emoção. Ao sujeito masculino, agilidade, força, agressividade, astúcia e raciocínio (SILVA, 2009, p. 124).

A atividade desenvolvida pela mulher na pesca por muito tempo ficou invisível, mesmo que estas desempenhem funções importantes e essenciais no processo, seu trabalho era desvalorizado e tido como algo menos importante, ficando para o trabalho dos homens todo mérito.

A invisibilidade da mulher na pesca mostra o quanto essas trabalhadoras sofrem com a marginalização do seu trabalho por parte de uma sociedade que ainda pensa que mulher não pode ou não deve contribuir para a renda familiar, uma sociedade machista que oprime essas mulheres pescadoras onde as atividades produtivas e seus fatores não se resumem, em muitos casos, a pesca e sim em privilegiar a “postura” do homem, ou seja, do pescador (WOORTMANN, 1992).

Ou seja, mesmo que a mulher tenha uma importância significativa para a comunidade pesqueira, muitas as vezes não são reconhecidas pelo seu trabalho, ou as têm como uma parcela menos importante no setor produtivo pelo fato que “a mulher ocupa papel secundário ou complementar ao dos homens pescadores, tornando em muitos casos o seu trabalho invisível a comunidade” (SANTOS, 2012, p. 87), além de “estruturalmente o aumento da participação no mercado de trabalho lançar as vertentes que as introduzem numa posição de desigualdade e 22 enfrentamentos, principalmente no exercício do seu papel maternal.” (OLIVEIRA, 2018, p. 25).

Na pesca artesanal, o trabalho desenvolvido geralmente por homens fica mais em evidência referente ao trabalho das mulheres, justificando o fato da prática da pesca ser uma atividade considerada masculina, afirmando assim a presença de uma divisão sexual do trabalho a partir do gênero, sendo que a renda familiar de muitas mulheres de comunidades pesqueiras é exclusivamente da pesca, geralmente na mariscagem, onde “estas mulheres têm nos mangues costeiros o seu espaço de trabalho e fonte de subsistência devido, em parte, à sua exclusão da pesca em alto mar.” (FIGUEIREDO, 2014, p. 83).

É uma função majoritariamente feminina, onde seus saberes são passados por gerações, tendo seu início ainda quando crianças ao acompanhar sua mãe e outras mulheres da comunidade ao manguezal, onde as mais velhas ajudam na captura e extração das espécies e as mais novas ficam próximo a área de manguezal se divertindo com as outras crianças, segundo Santos (2012).

Considerando a prática da extração de mariscos predominantemente uma prática feminina, vale destacar que “pode ser considerada pesca artesanal, pois se caracteriza por uma pesca de baixo impacto ambiental” (FIGUEREDO; PROST, 2014, p. 83), outro fato que justifica a mariscagem como



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROTAGONISMO INVISÍVEL: A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DAS MARISQUEIRAS DE ILHA GRANDE
Acácia Santos de Araujo, José Eloizio da Costa, Patrícia Oliveira do Nascimento,
Daniela Santos Feitoza, Fabiana dos Santos Pinheiro

pesca artesanal, é por ser um trabalho desenvolvido por vários membros familiares por ser uma atividade em que seus saberes empíricos são repassados por gerações, (OLIVEIRA, 2018).

Assim, identifica-se que, na pesca artesanal, a mulher sempre exerceu papel importante, tanto na cadeia produtiva pré e pós-captura como atuando como pescadoras e marisqueiras. Elucidar o papel da mulher na cadeia produtiva da pesca artesanal é fundamental para que haja reconhecimento, visibilidade e valorização do trabalho feminino na atividade pesqueira (FIGUEIREDO, 2014).

Vale ressaltar que a invisibilidade da mulher no setor produtivo das comunidades pesqueiras vêm sofrendo não só apenas no âmbito do seu trabalho e/ ou na sua residência mas também em estudos e pesquisas e nas produções acadêmicas desenvolvidas durante décadas que “privilegia o ponto de vista masculino” (WOORTMANN, 1992, p. 3) até porque numa comunidade pesqueira existem também outras atividade como a produção agrícola que juntamente com a pesca se faz necessário para a economia local, tendo também caráter de subsistência, sendo inclusive uma das atividades mais antigas do Brasil.

O próprio discurso acadêmico, pois, relega ao silêncio o ponto de vista feminino, mesmo quando as atividades das mulheres são cruciais para a reprodução social do grupo como um todo. Em muitos grupos ditos de “pescadores”, a produção agrícola das mulheres é tão ou mais importante que a pesca, ainda que não seja publicamente reconhecida como tal, e central para a constituição da identidade de gênero da mulher. Se a identidade é um processo político, a identificação entre identidade de grupo e identidade masculina é uma política de gênero, frequentemente legitimada pelo discurso acadêmico (WOORTMANN, 1992).

Em muitas produções acadêmica, inclusive nas pesquisas geográficas sobre comunidade as mulheres não são referências o que justifica a invisibilidade do seu trabalho Silva (2009), até porque, mesmo as mulheres que não estão diretamente envolvidas com a prática da pesca, “cabia ainda à mulher processar tanto o que vinha do mar quanto o que vinha da terra”, isto é, produzir comida (WOORTMANN, 1992, p 10).

Mesmo que haja uma tentativa de inibição, é possível afirmarmos que as mulheres possuem uma atuação significativa no contexto social da comunidade, estando sempre como protagonistas da rotina comunitária, “que protagonizam uma cultura de subsistência e comercial, a maneira como desempenham suas atividades” (DANTAS, 2018, p. 16).

As mulheres são as responsáveis pelo cuidado do lar, pela educação dos filhos, pelas atividades domésticas e ainda pela “manutenção dos rendimentos familiares” (DANTAS, 2018, p.76). Elas possuem múltiplas tarefas, e se tratando das marisqueiras, passam mais tempo fora de casa, no manguezal “catando” os moluscos e crustáceos que são os que vão contribuir na alimentação da casa e para completar o orçamento familiar (DANTAS, 2018). A mulher, portanto, “produz não apenas redes de pesca, mas também redes sociais” (WOORTMANN, 1992, p. 4).

VULNERABILIDADE SOCIAL DAS MARISQUEIRAS

A vulnerabilidade social nos últimos anos vem ganhando espaço na literatura brasileira de forma interdisciplinar, embora não seja consenso em relação ao seu significado. Para o IPEA (2018),



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROTAGONISMO INVISÍVEL: A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DAS MARISQUEIRAS DE ILHA GRANDE
Acácia Santos de Araujo, José Eloízo da Costa, Patrícia Oliveira do Nascimento,
Daniela Santos Feitoza, Fabiana dos Santos Pinheiro

a vulnerabilidade social começou a ganhar popularidade a partir dos estudos sobre a pobreza que é alvo de discussões políticas, e que afeta uma realidade social abrangente, mesmo que com intensidades diferentes, e que “é limitada para expressar as complexas situações de mal-estar social” (IPEA, 2018, p 10) que essas populações são expostas.

O termo pobreza viria perdendo sua capacidade significativa em face da percepção, cada vez mais generalizada, de que o bem-estar e a qualidade de vida teriam muitos outros determinantes além da renda monetária, a saber: a disponibilidade de serviços públicos; a qualidade do meio ambiente; ou, ainda, os graus de liberdade individual e política que uma sociedade oferece (IPEA, 2018).

Nessa conceituação, o termo vulnerabilidade social vem ganhando definições conceituais bastante variadas que permitem a abordagem de diferentes fatores interligadas a situação social dos indivíduos, bem como sua exposição às mazelas da sociedade.

Desta forma, a vulnerabilidade social está ligada diretamente aos fatores que dificultam ou impossibilitam, para a comunidade, a garantia do bem-estar dos seus atores sociais como acesso a saúde e a educação de qualidade, transporte público, saneamento básico, habitação etc., além de questões referentes às condições de trabalho e renda, e a desigualdade de gênero (IPEA, 2018).

Considerando os elementos que indicam a situação de vulnerabilidade social em que a mulher é submetida, Kipnis (2015) enfatiza esses elementos e a condição de inferioridade que lhes são atribuídos como “causa e efeito ao mesmo tempo da construção social dos papéis de gênero” (KIPNIS, 2015, p. 19) fato esse que as deixam vulneráveis às situações diversas, entre elas a de violência doméstica e a falta de autonomia financeira, onde teremos um cenário totalmente dominado por homens.

Por exemplo, se as mulheres têm menor inserção no mercado de trabalho isso é fruto de uma construção social dos papéis de gênero, mas também reforça os mesmos papéis em um jogo dialético porque as mulheres ficam em uma posição pouco empoderada acerca de como decidir a alocação dos recursos em casa e mais vulneráveis para conseguir materialmente sair de casos de violência (KIPNIS, 2015)

Nesse contexto, “o machismo pode ser entendido como uma estrutura social subjetiva construída a partir da existência de gênero como uma classificação criada socialmente” (KIPNIS, 2015, p. 19) sendo algo abstrato, como algo que pode ser percebido e identificado por estar presente na nossa estrutura social.

A partir da explanação da ideia de vulnerabilidade social e seu processo de evolução conceitual, se faz necessário para o desenvolvimento deste estudo um recorte para a análise da vulnerabilidade social das mulheres, em destaque as mulheres pescadoras artesanais, ou seja, as marisqueiras.

As marisqueiras desenvolvem um papel importante na cadeia produtiva, contribuindo para a dinâmica econômica local através da extração de mariscos e/ou, na pós pesca realizada pelos pescadores, além da comercialização desses produtos, “ou até mesmo, na organização para o trabalho dos homens (costurando, preparando a comida para levarem ao trabalho, cuidando dos filhos etc.)” (BORGES, 2017, p. 16).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROTAGONISMO INVISÍVEL: A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DAS MARISQUEIRAS DE ILHA GRANDE
Acácia Santos de Araujo, José Eloizio da Costa, Patricia Oliveira do Nascimento,
Daniela Santos Feitoza, Fabiana dos Santos Pinheiro

Embora seja uma atividade essencial para o sustento familiar, “é um trabalho que precisa de determinação, coragem e paciência” (DANTAS, 2018, p. 47) pelos desafios que enfrentam como por exemplo picadas de insetos e inflamações devido ao tempo que ficam expostas a lama do manguezal, causando assim sérios problemas de saúde (DANTAS, 2018).

O trabalho das mulheres na pesca exige ainda que elas permaneçam muito tempo em posição agachada, o que faz com que venham a ter fortes dores na coluna devidos também ao peso dos baldes e de outros utensílios de apoio ao ofício a exemplo do sambará, que utilizam para transportar, o resultado dos produtos pescados, há ainda os agravos referentes aos movimentos repetitivos, a exposição ao sol, as variações climáticas e sobretudo os acidentes, tais como: picadas de cobras, ferimentos ocorridos por garrafas de vidro quebradas em área de mangue. (OLIVEIRA, 2013)

O estudo de Oliveira (2018) ainda chama a atenção para a necessidade de um atendimento especial via SUS que priorize a relação socioambiental e os riscos existente e ofereça a essas mulheres trabalhadoras atendimento frequente, se possível, em suas comunidades, a fim de amenizar os impactos relacionado a saúde provocados pelas condições precárias de trabalho, bem como sua rotina exaustiva.

Para Figueiredo (2014), em sua atividade, as marisqueiras ainda enfrentam o desafio de desenvolverem sua atividade em condições meteorológicas que não as beneficiem e que inclusive alteram a dinâmica das marés, o que pode deixar o ambiente de trabalho com altos graus de perigosidade, principalmente em períodos onde as precipitações pluviométricas são constantes em algumas regiões, expondo 26 as marisqueiras em diferentes riscos durante todo o processo da pesca, dificultando na prática do seu trabalho e conseqüentemente afetando na sua renda.

É um trabalho árduo e além de ter que superar os desafios do ócio do trabalho e a invisibilidade do seu trabalho, há também outras questões sociais que são submetidas como a desvalorização do seu trabalho através da desigualdade de gênero onde os salários dos homens são maiores que os das mulheres mesmo que estas tenham a mesma função e atuem no mesmo ambiente de trabalho e expostas aos mesmos riscos.

De acordo com o Guia de Direitos Humanos, as mulheres ganham menos, estão concentradas em profissões mais desvalorizadas, têm menor acesso aos espaços de decisão no mundo político e econômico, sofrem mais violência (doméstica, física, sexual e emocional), vivem dupla e tripla jornada de trabalho e são as mais penalizadas com o sucateamento de serviços e políticas sociais, dentre outros problemas. (BRASIL, 2004).

São inúmeros os desafios diários enfrentados pelas mulheres, desafios estes que são impostos pela sociedade que as sobrecarregam com “obrigações de mulher”, o que faz com que haja um sobrepeso físico e emocional, afetando principalmente as mulheres que residem em comunidades afastadas, com pouco ou até mesmo nenhum acesso a informações, com a precariedade do atendimento à serviços essenciais e com a invisibilidade do seu “existir” e da sua importância social.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROTAGONISMO INVISÍVEL: A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DAS MARISQUEIRAS DE ILHA GRANDE
Acácia Santos de Araujo, José Eloízo da Costa, Patrícia Oliveira do Nascimento,
Daniela Santos Feitoza, Fabiana dos Santos Pinheiro

Além destes problemas, ainda tem os que estão relacionados com a questão ambiental com a poluição dos ecossistemas, que é onde conseguem aumentar ou complementar a renda familiar.

As marisqueiras são também consideradas pescadoras artesanais, e sofrem com a insalubridade da prática do trabalho pelos diversos riscos a que estão submetidas. Esses riscos que acontecem no ambiente de trabalho ou em decorrência dele, são denominados também de riscos ocupacionais por provocarem problemas de saúde em diversos níveis. Borges (2016), Goiabeira (2012) e Martins (2011) abordam os riscos ocupacionais a partir da Classificação dos cinco grupos de riscos ocupacionais no Brasil (Quadro 1), desenvolvido pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS).

Para Goiabeira (2012), os riscos ocupacionais correspondem aos riscos no ambiente de trabalho e estão diretamente relacionados às atividades consideradas insalubres, pela possibilidade de ser prejudicial à saúde e a vida do trabalhador, 27 provocando doenças pela prática da atividade econômica em determinados ambientes de trabalho, inclusive de graves acidentes.

Considerando o ambiente insalubre que os pescadores e pescadoras artesanais estão expostos, alguns estudos foram desenvolvidos no que se diz respeito a saúde ocupacional da comunidade pesqueira a fim de realizar uma classificação a partir da exposição destes em seu ambiente de trabalho.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROTAGONISMO INVISÍVEL: A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DAS MARISQUEIRAS DE ILHA GRANDE
Acácia Santos de Araujo, José Eloizio da Costa, Patrícia Oliveira do Nascimento,
Daniela Santos Feitoza, Fabiana dos Santos Pinheiro

Quadro 1 - Classificação dos cinco grupos de riscos ocupacionais no Brasil (BRASIL, 2001).

GRUPO I VERDE	GRUPO II VERMELHO	GRUPO III MARROM	GRUPO IV AMARELO	GRUPO V AZUL
<i>Riscos Físico</i>	<i>Risco Químico</i>	<i>Riscos Biológico</i>	<i>Riscos Ergonômicos</i>	<i>Riscos de Acidentes</i>
Ruído	Poeiras	Vírus	Esforço físico intenso	Arranjo físico inadequado
Vibrações	Fumos metálicos	Bactérias	Levantamento e transporte manual de peso	Máquinas e equipamentos sem proteção
Radiações ionizantes	Névoas	Protozoários	Exigência de postura inadequada	Ferramentas inadequadas ou defeituosas
Radiações não ionizantes	Neblinas	Fungos	Controle rígido de produtividade	Iluminação inadequada
Frio	Gases	Parasitas	Imposição de ritmos excessivos	eletricidade
Calor	Vapores	Bacilos	Trabalho em turno e noturno	Probabilidade de incêndios e explosão
Pressões anormais	Substâncias, compostos ou produtos químicos em geral	Animais peçonhentos	Jornada de trabalho prolongada	Armazenamento inadequado
Umidade			Monotonia e repetitividade	Picadas de insetos, aranhas, cobras etc.
Temperaturas extremas			Outras situações causadoras de stress físico e/ou psiquiátrico	Outras situações de risco de poderão contribuir para a ocorrência de acidentes

Fonte: Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) do Brasil - (2001).

A partir deste quadro de classificação dos grupos de riscos ocupacionais, Borges (2016) realizou estudos e pesquisas e realizou uma nova classificação, esta, com os riscos ocupacionais dos pescadores pesqueiros, indicando os riscos e o grupo pertencentes, o que resultou em uma nova classificação referente às marisqueiras, onde descreve cinco grupos considerados de risco durante as práticas do trabalho dessas trabalhadoras. Na análise do quadro a seguir é claramente notável os diversos riscos existentes totalmente prejudiciais para a saúde e até mesmo para a vida das marisqueiras.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROTAGONISMO INVISÍVEL: A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DAS MARISQUEIRAS DE ILHA GRANDE
Acácia Santos de Araujo, José Eloizio da Costa, Patrícia Oliveira do Nascimento,
Daniela Santos Feitoza, Fabiana dos Santos Pinheiro

QUADRO 2 – Riscos Ambientais na Mariscagem

GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV	GRUPO V
<i>Riscos Físico</i>	<i>Risco Químico</i>	<i>Riscos Biológico</i>	<i>Riscos Ergonômicos</i>	<i>Riscos de Acidentes</i>
Radiação solar	Fumaça	Infecções	Lesões por esforço repetitivo - LERS	Pancadas
Frio, umidade e vento	Exposição à agentes químicos	Contaminação	Problemas devido ao esforço físico	Cortes e perfurações
	Contaminação através de organismo tóxicos	Problemas ginecológicos		Afogamento

Fonte: Elaboração: ARAÚJO (2021). Fonte: BORGES (2016)

Fica evidente a partir da observação dos quadros acima, os tipos de níveis de riscos que são prejudiciais à saúde enfrentados pelas marisqueiras no seu cotidiano desde a extração dos mariscos até o destino dos alimentos.

No quadro 2 o grupo I que corresponde aos riscos físicos, as marisqueiras ficam expostas as variáveis mudanças meteorológicas o que possibilita a exposição perante a radiação solar, podendo adquirir queimaduras pela longa jornada exposta a radiação solar e até mesmo câncer de pele, além de, quando em temperaturas menores, sofrerem com o frio, uma vez que para executar sua atividade devem estar em contato com a “lama” do ecossistema e muitas vezes necessitam atravessar o rio sem a utilização de nenhuma embarcação.

Já no grupo II, de riscos químicos, as marisqueiras ficam expostas a gases tóxicos que são resultados do cozimento dos alimentos, geralmente em fogão de lenha, e na prática de incensar para afastar os insetos, causando problemas respiratórios. Ficam disponíveis a irritações da pele causadas pela “utilização do querosene e óleo diesel como repelente de insetos” (BORGES, 2016. p. 32) ficam expostas também a poluição provocada por produtos químicos que são eliminados por indústrias, (BORGES, 2016, FIGUEIREDO).

Os riscos biológicos podem ocasionar ferimentos em vários níveis a partir da extração dos mariscos, contaminação do ecossistema por resíduos sólidos ocasionando uma série de problemas de saúde como inflamação, infecção, tétano etc. No caso das marisqueiras, pode provocar sérios problemas ginecológicos pelo contato da região vaginal na “lama” do manguezal (OLIVEIRA, 2018), (FIGUEIREDO, 2014), (GOIABEIRA, 2012), (BORGES, 2016).

Sobre os riscos ergonômicos, que corresponde ao grupo IV, há os problemas relacionados ao esforço físico devido ao transporte de grandes quantidades de baldes e bacias contendo os pescados e dos instrumentos utilizados para sua captura, além do percurso percorrido pelas marisqueiras, muitas vezes sem o auxílio de embarcações, o que pode provocar fortes dores no corpo, problemas



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROTAGONISMO INVISÍVEL: A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DAS MARISQUEIRAS DE ILHA GRANDE
Acácia Santos de Araujo, José Eloízo da Costa, Patrícia Oliveira do Nascimento,
Daniela Santos Feitoza, Fabiana dos Santos Pinheiro

na coluna, “lesão por esforço repetitivo (LER) pela prática constante de capturas dos mariscos” (BORGES, 2016, p 33), entre outros problemas de saúde.

No grupo V, há os ricos de acidentes, que considerando a rotina de trabalho das marisqueiras, podem ocorrer cortes devido ao manuseio de instrumentos cortantes, queimaduras no momento da utilização de objetos aquecidos e até mesmo o próprio fogo no momento do cozimento dos alimentos. Pode ocorrer afogamentos, uma vez que em diversas localidades deve haver a travessia de rios para se chegar ao local específico de trabalho.

Portanto, o ambiente de trabalho das marisqueiras “as torna vulneráveis a acidentes e adoecimentos em decorrência da prática laborativa” (BORGES; SILVA; BATISTA, 2015, p. 42) podendo afetar sua permanência nessa atividade, uma vez que para a realização dela é necessário utilizar certas habilidades.

Além de estarem expostas a esses riscos ocupacionais, as marisqueiras por serem mulheres, sofrem com uma sociedade machista que as colocam em situações exaustivas e que não oferecem um rede de apoio, ao contrário, cobram o extremo, cobram mais do que o corpo e a mente podem oferecer, muitas vezes com quantidades de horas de trabalho ultrapassando o limite por lei, sofrendo uma sobrecarga de responsabilidades com as tarefas domésticas (limpeza da casa, comida, roupa), com os cuidados com os filhos, sendo cobradas enquanto sua “posição de esposa e dona do lar” e ainda fora de casa, exercendo funções que irão complementar a renda do sustento familiar. São essas múltiplas obrigações atribuídas às mulheres que afirmam o quão o trabalho feminino é incorporado de forma desigual pelo sistema capitalista através da desigualdade de gênero.

O que ocorre é que isso também diz respeito às relações de gênero estabelecidas ao longo dos anos, com as mulheres sempre responsabilizadas pelos afazeres domésticos, submetidas às imposições sexistas e sendo podadas do direito de aprender e realizar atividades fora do âmbito familiar. No meio pesqueiro, esta realidade se desvela ao observarmos as relações dos pais com os filhos, em que desde cedo meninos e meninas são submetidos a processos de socialização de gênero diferenciados. (JESUS, 2015).

O que justifica as causas que tornam as mulheres marisqueiras e sua prática do trabalho no manguezal “menos importantes”, com menos destaque quando se comparado ao trabalho desenvolvido por homens numa comunidade pesqueira, o que deixa claro a existência de uma hierarquia social, ficando a mulher “como o agente invisível e ou inferior, uma invisibilidade respaldada por uma sociedade patriarcal e machista” (JESUS, 2015, p. 19), sendo assim privadas de autonomia financeira, mesmo contribuindo na economia familiar, e reféns da dependência emocional, moral e econômica.

A MULHER NA PESCA: PRODUÇÃO E DIREITO

A atividade pesqueira no Brasil, vem se expandindo nas áreas de manguezal pela grande diversidade de espécies, o que atrai cada vez mais pessoas que visam explorar essas áreas devido a “multiplicidade de nichos ecológicos destes recursos” (NOGUEIRA, 2012, p. 30) o que se justifica



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROTAGONISMO INVISÍVEL: A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DAS MARISQUEIRAS DE ILHA GRANDE
Acácia Santos de Araujo, José Eloízo da Costa, Patrícia Oliveira do Nascimento,
Daniela Santos Feitoza, Fabiana dos Santos Pinheiro

pela privilegiada biodiversidade existente, passando a ser uma atividade essencial para as comunidades pesqueira.

Numa comunidade pesqueira “tradicionalmente a mulher ocupa papel secundário ou complementar ao dos homens pescadores” (SANTOS, 2012, p. 85) as quais possuem significativa importância para a comunidade, contribuindo na dinâmica econômica local, embora na maioria das vezes não tenham o mesmo prestígio que a o trabalho desenvolvida pelos homens.

No entanto, a mulher também participava do mercado. Indiretamente, "silenciosamente", através da salga do pescado, que possibilita a transformação do peixe em mercadoria. Diretamente, através de seu artesanato e da coleta, estabelecendo vínculos distintos daqueles dos homens; mais que uma simples atividade econômica, tratava-se da construção de redes de patronagem, úteis para a família como um todo, em momentos de crise. (WOORTMANN, 1992).

Embora as mulheres desenvolvam múltiplas tarefas secundária ao trabalho dos pescadores, que contribuem para o setor produtivo de uma comunidade pesqueira influenciando no desenvolvimento local, elas têm forte e exclusiva atuação na extração de molusco ou crustáceo, fazendo uso de poucos e/ou quase nenhum equipamento, apenas a habilidade herdada culturalmente. “Esse tipo de coleta tem sido contabilizado como categoria relevante dentro da pesca artesanal no Nordeste do Brasil” (NOGUEIRA, 2012, p. 32), mesmo que sejam inferiores hierarquicamente se comparado a exploração ictiológica.

A coleta de moluscos, em especial do grupo dos bivalves, é denominada pelos pescadores e pescadoras artesanais como mariscagem ou catação, sendo, genericamente, a atividade de pesca de mariscos, ou produtos do mar, ocorrendo geralmente em áreas em que ocorre a oscilação das marés, a beira-mar ou em costões. (NOGUEIRA, 2012).

As marisqueiras desenvolvem um papel significativo no setor produtivo local, desde a ida ao manguezal, passando pelo ato da extração dos mariscos, até todo um processo para a fase da comercialização, em sua maioria em feiras livres que não representam apenas um espaço para comercialização de produtos, mas sim de trocas de saberes, de compartilhamentos de histórias e estórias, de encontros e reencontros, de idas e vindas e de relações interpessoais, como bem pondera Lucena; Germano (2016)

Feiras livres: cidades de um só dia, aprendizados para a vida inteira expressa a convicção de que da feira é possível tirar lições de raciocínio lógico, cordialidade, convencimento, solidariedade e cultivo de um senso estético. Sugere saber olhar para as pessoas, dialogar com múltiplas subjetividades e, como bem expressa o texto, descortina “numa caótica e pulsante sala de aula ao ar livre” a vontade experimentar conhecimentos úteis para toda a vida. (LUCENA; GERMANO, 2016).

Há uma diversidade de produtos que tradicionalmente são comercializados a partir dos resultados do trabalho das marisqueiras, a depender da disponibilidade dos recursos naturais de certa localidade. mas no geral, as espécies que são extraídas/capturadas pelas marisqueiras são:



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROTAGONISMO INVISÍVEL: A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DAS MARISQUEIRAS DE ILHA GRANDE
Acácia Santos de Araujo, José Eloizio da Costa, Patrícia Oliveira do Nascimento,
Daniela Santos Feitoza, Fabiana dos Santos Pinheiro

Ostras, mexilhões, berbigões, coletados extensivamente para consumo local ou venda no mercado (ARAÚJO, 2001; PRIMAVERA *et al.*, 2002). Dentre as espécies mais exploradas nos manguezais do litoral nordestino, temos o “búzio”, “berbigão” ou “marisco” *Anomalocardia brasiliana* (GMELIN, 1791), o “sururu” *Mytella guyanensis* (LAMARCK, 1819), a “ostra” (*CRASSOSTREA*, s. p.), a “taoiba” ou “intã” *Iphigenia brasiliana* (Lamarck, 1818) e “unha-de-velho” *Tagelus plebeius* (LIGHTFOOT, 1786), sendo em parte espécies cujo desenvolvimento populacional está associado aos manguezais adjacentes, sua estrutura e distribuição (NISHIDA *et al.*, 2004, 2000; SOUTO, 2004; SILVA *et al.*, 2007; BRASIL, 2008; EL-DEIR, 2009; MONTELES *et al.*, 2009). (NOGUEIRA, 2012).

Na dinâmica das comunidades tradicionais ribeirinhas, é bem notável a existência de uma Divisão Social do Trabalho (DST), onde a mulher e o homem possuem tarefas e responsabilidades sociais diferentes, sendo as mulheres geralmente são as responsáveis pela extração/captura de algumas espécies específicas, que são popularmente conhecidas como “mariscos”, como por exemplo (sururu, maçunim e ostras) sendo essas tarefas dividida pela DST repassadas por gerações, onde as mãos irão ensinar o que suas mães lhe ensinaram e assim segue o ciclo de aprendizado repassado entre o núcleo familiar. São as marisqueiras que também fazem a comercialização dos mariscos nas feiras da cidade, Torres (2014). é fácil observarmos nas feiras livres que a comercialização dos “mariscos” é realizada apenas por mulheres. Já os homens ficam geralmente responsáveis pela comercialização de outras espécies, como (caranguejos, siris, guaiamum).

A ideia da DST está além de apenas uma divisão de atividades. Enquanto Barradas (2012), reforça a partir dos seus estudos que a DST é a responsável pela divisão da execução de tarefa, onde cada grupo é responsável por uma ação em que terá que ter um resultado com a soma destes, ou seja, um resultado coletivo, (SANTOS, 2012, p. 91) vai além e ultrapassar esse conceito e descreve a DST como uma divisão lógica fundamentada a partir da “dominação/exploração do homem sobre a mulher, uma vez que a atividade é caracterizada como masculina”.

Ou seja, a DST acaba contribuindo para um desfavorecimento social em relação às mulheres, que são encarregadas de realizarem tarefas vistas como inferiores ou menos importantes no entendimento da sociedade machista e sexista, o que vai ter total reflexo na falta de visibilidade do trabalho desenvolvido por elas.

Huguenin, Hellebrandt (2018) complementa a ideia de Santos (2012) ao destacar em suas análises que a DST é fortemente visível no setor pesqueiro, e está intimamente relacionada a uma divisão sexual do trabalho que por sua vez é formada por dois grupos sociais que se relacionam socialmente: homens e mulheres.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a distinção prioritária dos homens à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (política, religiosa, militares etc.). (KERGOAT, 2009)

Kergoat (2009) ainda destaca a existência de dois princípios de organização dessa divisão sexual do trabalho: o da Separação e o da Hierarquização. O da Separação diz respeito a dois grupos onde um corresponde ao trabalho de homens e outro ao trabalho de mulheres. Já o princípio



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROTAGONISMO INVISÍVEL: A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DAS MARISQUEIRAS DE ILHA GRANDE
Acácia Santos de Araujo, José Eloizio da Costa, Patricia Oliveira do Nascimento,
Daniela Santos Feitoza, Fabiana dos Santos Pinheiro

da hierarquização está relacionado ao fato de o trabalho desenvolvido por homens ser mais valorizado que o das mulheres (KERGOAT, 2009). É perceptível a existência desses dois princípios em um número significativo de comunidades pesqueiras, uma vez que há uma frequente desvalorização e marginalização do trabalho da mulher.

Sobre a valorização da atividade das marisqueiras, compreendermos que ainda está em processo, necessitando de políticas públicas que reconheça o trabalho dessas mulheres, fazendo “necessário direcionar um olhar mais minucioso no que se refere a valorização e reconhecimento igualitário quanto ao desenvolvimento do seu trabalho” (CONEDU, 2005, p. 611).

É importante nos atentarmos referente a categorização existente na pesca, onde estas possuem múltiplas atividades, sendo categorizadas como pescadoras, marisqueiras, isqueiras, catadoras, escamadeiras de siri, curtideiras de couro de 33 peixe, aquícultoras, descascadeiras, entre outras. Vale ressaltar que essa categorização não considerava essas atividades como pesca, surgindo assim uma nova categorização, a qual coloca a mulher como pescadora, passando assim a terem seu reconhecimento como trabalhadoras, porém como novos desafios, uma vez que essa categorização era exclusivamente utilizada por homens (SANTOS, 2012).

É primordial ressaltar que as mulheres traçaram longas lutas para conseguirem seu reconhecimento profissional e assim serem “inseridas na cadeia econômica do país, renegadas dentro de uma conjuntura política” (OLIVEIRA, 2018, p. 28) que poderia ser utilizar como instrumento de defesa dessa classe trabalhadora, assegurando seus direitos e benefícios.

À medida que a luta das marisqueiras por reconhecimento e valorização do seu trabalho vai sendo abordada, “outros processos vão sendo desencadeados, como a baixa remuneração e a “legitimação” de menos prestígio” (SANTOS, 2012, p. 87).

A luta das mulheres pescadoras ganhou força a partir de 1985-1986, no Movimento pela Constituinte da Pesca, quando representantes dos pescadores participaram de um Congresso em Brasília e encontros regionais apresentando questões de grande interesse para a categoria, a exemplo do papel da mulher na pesca. Na busca por reconhecimento essas mulheres vão desencadeando um processo de visibilidade perante a sociedade, fazendo valer os seus direitos enquanto categoria que desempenha uma atividade e que precisa ser ouvida e não simplesmente assistida. O registro das mulheres como pescadoras é uma grande conquista para a categoria, mostrando que o que desenvolve é a pesca sim, possibilitando o acesso aos direitos fundamentais a qualquer trabalhador brasileiro. (SANTOS, 2012)

Possuir registro formal de trabalho como pescadoras, significa ter reconhecimento perante a sociedade, significa que seu trabalho está sendo valorizado igual aos demais, é ter seus direitos assegurados, é fazer parte, formalmente, de uma classe de trabalhadores e trabalhadoras que vivem da pesca para o sustento familiar, é gozar de benefícios que lhes pertencem. É torna-se visível perante uma sociedade que ainda oprime e desmerece todo e qualquer esforço de uma mulher trabalhadora.

Sobre o registro do pescador, Santos (2012), menciona as orientações que as mulheres pescadoras e marisqueiras recebiam para que então fosse necessário o cadastro como



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROTAGONISMO INVISÍVEL: A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DAS MARISQUEIRAS DE ILHA GRANDE
Acácia Santos de Araujo, José Eloizio da Costa, Patrícia Oliveira do Nascimento,
Daniela Santos Feitoza, Fabiana dos Santos Pinheiro

pescadora/marisqueira e assim terem o acesso a carteira de pescador que deveriam ser feitas mediante “registro na colônia da região na qual desenvolve a atividade e para isso precisa-se comprovar por meio de documentos” (SANTOS, 2012, p 42), além da apresentação de duas testemunhas que fossem capazes de afirmar que elas desenvolvem atividade na pesca, sendo a “mariscagem” ou desenvolvendo atividades secundárias aos dos pescadores como já mencionado.

Porém, houve uma mudança da forma de obtenção desse registro, sendo alterada devido a epidemia do coronavírus, pois com as orientações da Organização Mundial da Saúde - OMS que orientava a população mundial ao isolamento social, foi necessário a criação de novas estratégias para atender, registrar e atualizar os cadastros dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca, tendo como alternativa a atualização do cadastro de forma digital a partir do Sistema Informatizado de Registro da Atividade Pesqueira – SisRGP 4.0, que é um sistema criado exclusivamente para o cadastro e acompanhamento do registro de pesca, que agora contém mais informações e permite movimentações que antes só eram possíveis de forma presencial.

Ao realizar o cadastro de trabalhadores da pesca via SisRGP 4,0, é necessário seguir algumas etapas, como preenchimento de dados pessoais e residenciais, econômicos, e sobre o campo de trabalho, preencher um questionário socioeconômico, anexar a documentação exigida, anexar e tirar fotos seguindo os parâmetros necessários. em seguida o trabalhador ou a trabalhadora irá receber uma confirmação no e-mail cadastrado. feito essas etapas a solicitação será analisada pelo órgão competente e enviará um e-mail de confirmação ou não do cadastro.

Analisando os dados disponíveis sobre o índice de Registro Geral de Atividade Pesqueira - RGP, é possível observar que no ano de 2011, no estado de Sergipe, o número de mulheres era maior que o número de homens, porém o quantitativo torna-se maior, considerando que há mulheres ainda sem o RGP, e tem também aquelas que pescam como forma de complementar a renda, que nesse caso não atende às exigências para a realização do cadastro.

Em Sergipe, com base nas informações fornecidas pelo representante do MPA-SE, no primeiro semestre de 2011 existiam 24.000 pescadores registrados, sendo que deste total 12.712 registros eram de mulheres pescadoras. O número de mulheres registradas é superior ao número de homens e mesmo assim o seu trabalho ainda não tem o merecido reconhecimento perante a comunidade pesqueira. (SANTOS, 2012).

Sendo assim, é importante destacar que as legislações que regularizam a pesca como atividade profissional asseguram seus beneficiários desde os anos 90, porém, o reconhecimento do trabalho das mulheres recebe maior atenção dos órgãos públicos apenas no ano de 2015, a partir do Decreto nº8.425/15, momento em que os termos “pescadora profissional artesanal” e “trabalhadora de apoio à pesca artesanal” são incorporados, permitindo a inscrição no Registro Geral de Pesca (RGP).” (HUGUENEN; HELLEBRADT, 2018, p. 5).

É possível observar como o Estado demorou a reconhecer o trabalho feminino na pesca e, ainda assim, a fragilização dos direitos conquistados a partir da Constituição de 88 face ao atual contexto sociopolítico brasileiro provocou



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROTAGONISMO INVISÍVEL: A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DAS MARISQUEIRAS DE ILHA GRANDE
Acácia Santos de Araujo, José Eloizio da Costa, Patrícia Oliveira do Nascimento,
Daniela Santos Feitoza, Fabiana dos Santos Pinheiro

retrocessos também na garantia desse reconhecimento (HUGUENEN; HELLEBRADT, 2018).

O RGP é um documento essencial para a garantia do “reconhecimento profissional dos trabalhadores e das trabalhadoras da pesca e sua inserção em programas governamentais” (HUGUENEN; HELLEBRADT, 2018, p. 5), é o que irá garantir direitos trabalhistas como o seguro-desemprego, seguro doença quando comprovada a impossibilidade da realização de suas atividades, garante a licença maternidade para as pescadoras no período de quatro meses, além de garantir a aposentadoria, que segundo Borges (2016), poderá ser a única renda para o sustento familiar, o que garantirá a alimentação e a obtenção de materiais básicos para toda a família, principalmente quando a produção no ambiente pesqueiro não for satisfatória.

Outro benefício que deverá ser assegurado mediante a obtenção do RGP, é o Seguro Defeso, que garante o recebimento, por parte dos pescadores e pescadoras, de um salário correspondente ao salário-mínimo nos meses em que as atividades de captura e pesca devem ser suspensas, garantindo a reprodução de algumas espécies e conseqüentemente o trabalho de pescadoras e pescadores.

Vale ressaltar que é de total responsabilidade do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA “organizar e manter o RGP e, por conseqüente, conceder licenças, permissões e autorizações para o exercício da pesca comercial, artesanal, amadora e da aquicultura (Lei nº, de 26 de junho de 2009)” (MACHADO, 2017, p. 1).

Em seus estudos com as marisqueiras, Doimo *et al.*, (2012) relatam que muitas trabalhadoras não conhecem as normas e leis trabalhistas que regulamentam sua atividade, assim como as medidas preventivas que têm que ser tomadas no ambiente de trabalho.

Borges (2016) destaca o fato de uma quantidade significativa de marisqueiras desconhecerem seus direitos e por conseqüência não possuir registro profissional, atuando no setor pesqueiro de modo informal e independente, o que irá privá-las dos seus direitos trabalhistas e potencializar a desvalorização e invisibilidade do seu trabalho. Machado (2017) elabora um apanhado histórico do Registro Geral da Pesca considerando as normas do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que foi ratificado pela Lei nº, de 26 de junho de 2009, conhecida popularmente como a nova lei da pesca, objetivando a sintetização da ideia geral do RGP.

Os trabalhadores e trabalhadoras da pesca terão seus direitos assegurados pela legislação se eles tiverem escritos do RGP. Essa mesma legislação é quem define “quem é o pescador artesanal e o que é a pesca ou/e a atividade pesqueira artesanal a partir da Nova República” (HUGUENEN; HELLEBRADT, 2018, p. 5)

Vale lembrar e destacar que as mulheres têm uma significativa importância no setor produtivo pesqueiro, porém, uma grande parcela desenvolve suas funções no pré e pós pescaria/captura. Sendo assim, torna-se importante observar “que somente no Decreto no 8.425/15 é que os termos “pescadora profissional artesanal” e “trabalhadora de apoio à pesca artesanal” são incorporados,



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROTAGONISMO INVISÍVEL: A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DAS MARISQUEIRAS DE ILHA GRANDE
Acácia Santos de Araujo, José Eloizio da Costa, Patrícia Oliveira do Nascimento,
Daniela Santos Feitoza, Fabiana dos Santos Pinheiro

permitindo a inscrição no Registro Geral de Pesca (RGP).” (HUGUENEN; HELLEBRADT, 2018, p. 5), afirmando o quão invisível é o trabalho das pescadoras e marisqueiras.

POVOADO ILHA GRANDE

São Cristóvão fica localizada no estado de Sergipe, menor estado territorial do Brasil, mas com importante herança cultural que foi resultado da miscigenação dos europeus que se firmaram nas terras sergipanas com intenções econômicas, os povos nativos, que foram os primeiros habitantes, e que com o processo de ocupação tiveram uma perda significativa com o extermínio de seu povo, e pelos povos africanos que foram brutalmente raptados de suas terras e escravizados, sendo submetidos às condições precárias e desumanas.

Foi a mistura desses povos, com costumes e saberes distintos, que Sergipe surgiu, e aos poucos foi ganhando a forma que tem hoje, com 75 municípios, divididos em regiões, e com a cidade de Aracaju sendo sua capital, embora nem sempre tenha sido esse formato.

A capital de Sergipe, antes de ser Aracaju, era a cidade de São Cristóvão. A transferência ocorreu em 17 de março de 1855 com o objetivo financeiro e logístico, para facilitar o escoamento da produção de açúcar, que nessa época estava em ascensão.

Uma questão importante para a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju foi o açúcar. O presidente Inácio Barbosa sabia da importância deste alimento para Sergipe como principal produto de importação. Para escoar toda a produção de cana de açúcar de uma forma mais rápida e aumentar a exportação, um ano antes da mudança da capital foram mudadas para as praias de Aracaju a alfândega, uma subdelegacia, uma agência dos correios, e a mesa de rendas provinciais, dando os primeiros passos para o crescimento econômico de Sergipe. (SANTOS, 2013).

Assim, Sergipe ganha espaço no mercado econômico que contribui para seu desenvolvimento e crescimento econômico.

São Cristóvão, quarta cidade mais antiga do Brasil e considerada pelos seus habitantes como “cidade mãe” possui um valioso acervo histórico e cultural, tendo suas heranças arquitetônicas tombada em 2010, as quais foram elevadas ao Patrimônio Histórico da Humanidade, pela Unesco.

Além de São Cristóvão conter essas riquezas culturais, há também as riquezas naturais. São Cristóvão é privilegiado por recursos hídricos que desde o processo de ocupação e crescimento econômico e populacional foram essenciais para o escoamento de produtos e para a navegação de embarcações, além de fornecer água para as necessidades básicas da população. Essa abundância de recursos hídricos se dá pelo fato de a cidade estar localizada na bacia hidrográfica do rio Vaza Barris e da bacia hidrográfica do rio Sergipe.

Fazem parte dessa riqueza natural de São Cristóvão os rios Vaza-Barris, os rios Comprido Poxim-mirim, Poxim-açu, o rio Pitanga, o rio Prata, além do rio Paramopama, que é um afluente do Vaza Barris, e contém uma significativa importância para São Cristóvão, que passa pelo centro comercial da cidade, e que vem sofrendo com a poluição provocada por agrotóxicos, resíduos



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROTAGONISMO INVISÍVEL: A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DAS MARISQUEIRAS DE ILHA GRANDE
Acácia Santos de Araujo, José Eloizio da Costa, Patricia Oliveira do Nascimento,
Daniela Santos Feitoza, Fabiana dos Santos Pinheiro

sólidos, esgotos residenciais e dos comércios, além da presença de residências irregulares em suas margens, potencializando as problemáticas já existentes.

Porém, vale destacar que o Paramopama também tem suas qualidades, e alguns trechos ainda continuam sendo essenciais para cidade, até porque a cidade foi se desenvolvendo ao seu redor, principalmente para as comunidades ribeirinhas, além da pretensão de ser desenvolvida atividades locais voltadas para o ecoturismo.

O rio Vaza Barris, assim como o Paramopama, contribui para o desenvolvimento da cidade, sendo propício à navegação, o que facilitava o escoamento de produtos e o deslocamento de pessoas, para a atividade pesqueira, para o abastecimento hídrico, entre outros fatores. Sua nascente está localizada na Serra dos Macacos, na região sertaneja do estado da Bahia, mas é em terras sergipanas que o Vaza Barris tem o seu encontro com o mar, desaguando no Oceano Atlântico, numa área entre São Cristóvão e Aracaju e o município de Ituporanga da D'ajuda.

Ilha Grande é uma comunidade afastada do centro político-administrativo de São Cristóvão, localizado na zona rural próximo de outros povoados, no estuário do rio Vaza Barris, inserido numa Área de Proteção Ambiental - APA. O acesso é por meio de pequenas embarcações, com embarque e desembarque no porto do Dedé, no povoado Pedreiras e se enquadra na caracterização de uma comunidade tradicional, pela sua relação com o meio natural o qual está inserida e pelas relações sociais estabelecidas no contexto ambiental.

A comunidade de Ilha Grande, situada no Município de São Cristóvão, está inserida em uma área de Proteção Ambiental da Foz do Rio Vaza-Barris, criada pela Lei Estadual nº. 2795 de 30 de março de 1990. Distante aproximadamente 30 km da capital Aracaju e 7 km da sede do Município, a Ilha possui uma população estimada em 50 pessoas que vivem basicamente da pesca, agricultura de sobrevivência, por ter uma fauna estuarina e vegetação antropizada com muitas mangueiras, coqueiros, goiabeiras, jenipapeiros, tamarindo e bananeiras. Por ter muitas árvores frutíferas, algumas moradoras fazem doces das frutas da época (cocada, queijada e licor) e os comercializam em centros urbanos próximos, feiras locais e eventos (COSTA; SOUZA; ALVES, 2016).

A comunidade faz parte de um conjunto de ilhas localizadas na região, sendo está a maior e a única com habitação fixa, acreditam-se ser esse o motivo pelo qual recebeu esse nome, com algumas casas de veraneio dois atracadouros sendo um construído pelos proprietários de uma das casas de veraneio, mas com o uso liberado coletivamente. Possui influência religiosa, com os jesuítas inseridos no processo de colonização, há na entrada da ilha uma capela datada do ano de 1933, a única da comunidade, e ocorre anualmente entre os meses de janeiro a março algumas manifestações religiosas e culturais, como a procissão do Bom Jesus dos Navegantes, e a realização de algumas missas e encontros com religiosos de outras comunidades e do centro da cidade, os quais sempre são finalizados com apresentações culturais de dança de coco pelas próprias moradoras da Ilha.

Como está localizada numa área de estuário, Ilha Grande possui uma dependência com o rio e com o complexo manguezal existente por parte de sua população que utilizam os recursos naturais



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROTAGONISMO INVISÍVEL: A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DAS MARISQUEIRAS DE ILHA GRANDE
Acácia Santos de Araujo, José Eloízo da Costa, Patrícia Oliveira do Nascimento,
Daniela Santos Feitoza, Fabiana dos Santos Pinheiro

disponíveis para sua subsistência e para obter sua renda advinda da pesca e da extração de “mariscos” porém, com a escassez dessas espécies devido a poluição do ecossistema, a prática da pesca está se tornando parte da renda de forma complementar, tendo seus moradores se locomover para a cidade ou para a capital Aracaju para exercerem atividades como diaristas, serviços gerais e construção civil, interferindo na dinâmica econômica e conseqüentemente no desenvolvimento local e no esvaziamento da Ilha, pois muitos desses trabalhadores ao terminar o expediente de trabalho ficam em casas de parentes ou alugam casas mais próximo ao trabalho, passando a ir em Ilha Grande aos finais de semanas ou de forma esporádica.

A comunidade possui aproximadamente 50 pessoas, parte destas com relações de parentescos. apesar do seu processo histórico de ocupação, a ilha só foi ter acesso a iluminação pública no ano de 2009, antes dessa data a comunidade era dependente de candeeiros, fogueiras, e alguns possuíam lanternas. As pessoas não tinham televisão, mas a maioria possuía aparelhos de rádio a pilha, que era a única ferramenta de obtenção de informações.

Atualmente encontra-se sem escola, pois não há crianças suficientes para o funcionamento dela, ficando estas dependentes das escolas de povoados vizinhos. não possui posto de saúde, porém com essa atual gestão política da cidade de São Cristóvão está sendo possível desenvolver ações como dentro da própria ilha como: consultas médicas, vacinação, marcação de exames, fazendo com que a população seja atendida em sua residência ou reunidos na capela.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. R. N. NISHIDA, A. K. **Aspectos socioeconômicos e percepção ambiental dos catadores de caranguejo Uça**. Ucidés Cordatus (L.1763) (Decapoda, Brachyura) do estuário do Rio Mamanguape, Nordeste. São Paulo: Interciência, 2003.

ARRUDA, Rinaldo. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente. soc.**, Campinas, n. 5, Dec. 1999.

BARRADAS, Lana França Dourado. **Marx e a Divisão do Trabalho no Capitalismo**. 2012. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Alagoas- UFAL, Maceió/AL, 2012.

BORGES, Lirane Rocha. **Mulheres na Pesca Artesanal: Uma Percepção Sobre Saúde e Segurança das Marisqueiras do Guaibim – Valença- BA**. 2017. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGEcoH), Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Paulo Afonso, BA, 2017.

BRASIL. **Lei n. 10.779, de 25 de novembro de 2003**. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 de nov. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.779.htm. Acesso em: 14 fev. 2021.

BRASIL. **Política nacional de assistência técnica e extensão rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

PROTAGONISMO INVISÍVEL: A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DAS MARISQUEIRAS DE ILHA GRANDE
 Acácia Santos de Araujo, José Eloízio da Costa, Patrícia Oliveira do Nascimento,
 Daniela Santos Feitoza, Fabiana dos Santos Pinheiro

COSTA, Maria Jose Rosendo da; SOUZA, Sirleila Pinheiro de; ALVES, Laura Almeida de Calasans. Turismo de Base Comunitária: Um estudo de Caso em Ilha Grande, no Município de São Cristóvão. In: **VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES**, 2016.

DANTAS, Vanda Maria Salmeron. **Nas Marés da Vida**. Fortaleza: UFC, 2018.

DELGADO, Nelson Giordano. **Desenvolvimento local e extensão rural e pesca**: reflexões metodológicas. [S. l.: s. n.], 2001.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento**: metodologia científica no caminho de Habermas. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 1996.

DIEGUES, A. C. Human populations and coastal wetlands: conservation and management. **Brazil Ocean and Coastal Management**, v. 42, p. 187-210, 1999a.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: NUPAUB-Universidade de SP, 1994.

FIGUEIREDO, M. M. A.; PROST, C. O trabalho da mulher na cadeia produtiva da pesca artesanal. **Revista Feminismos**, v. 2, n. 1, p. 82-93, 2014.

FIGUEIREDO, Naibe Cristina de; SILVA, Claudio Giovanio da; CAVALARI, Virgínia Maria. **Aspectos Socioeconômicos e Perspectiva de Educação Ambiental das Marisqueiras de Porto do Mangue**. Rio Grande do Norte: [s. n.], 2007.

GOIABEIRA, F.L. **Riscos Ocupacionais e Medidas de Proteção na Pesca Artesanal**. 2011. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia**, v. 12, n. 24, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v12n24/04.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2021.

HUGUENIN, F. P. S.; HELLEBRANDT, L. M. **Mulheres na Cadeia da Pesca**: legislação e (des)regulamentação de direitos em comunidades pesqueiras do litoral fluminense. Brasília: [s. n.], 2018.

JANÉR, Ariane. **Comunidades Tradicionais**: São Paulo: [s. n.], 2012.

JESUS, Roseni Santana de. **Pescador E Marisqueira**: identidades em conflito. Cachoeira – BA: [s. n.], 2015.

KERGOAT, Danielè. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KIPNIS, Beatriz Junqueira. **Mulheres em situação de vulnerabilidade social**: Contextos, Construção Simbólica e Políticas Públicas. São Paulo: Fundação Getulio Vargas Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2015.

LEITÃO, W. M. Pesca e políticas públicas. **Boletim do Museu Paraense Emílio**, São Paulo, 2005.

MARQUES, Núbia N. **Mulheres x cultura de subsistência**. Aracaju: Editora UFS, 1983.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

PROTAGONISMO INVISÍVEL: A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DAS MARISQUEIRAS DE ILHA GRANDE
 Acácia Santos de Araujo, José Eloizio da Costa, Patrícia Oliveira do Nascimento,
 Daniela Santos Feitoza, Fabiana dos Santos Pinheiro

MARTINEZ, Sílvia Alícia; HELLEBRANDT, Luceli. **Mulheres na atividade pesqueira no Brasil** [recurso eletrônico]. Campos dos Goytacazes, RJ: EDUENF, 2019.

MARTINS, Quéren. **A saúde da mulher pescadora artesanal de Conceição da Barra**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, EMESCAM, Vitória, 2012.

MINAYO, Maria C. de S. **O desafio do conhecimento: a pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. Pesca de homem/peixe de mulher(?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. **Etnográfica**, v. 3, p. 377-399, 1999.

NOGUEIRA, Liana Maria Maia. **As Marisqueiras de Icapu: Saberes e Práticas na Pesca de Moluscos**, 2012, 129f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Marinhas Tropicais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

OLIVEIRA, Magda Matos de. **ATIVIDADE PESQUEIRA E MARISQUEIRA FEMININA: as condições de saúde e adoecimento da mulher no município de Paripueira**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas. Universidade Tiradentes – UNIT, Maceió - Alagoas, 2018.

SANTOS, Eline Almeida. **(Re) produção social e dinâmica ambiental no espaço da pesca reconstruindo a territorialidade das marisqueiras em Taiçoca de Fora – Nossa Senhora do Socorro/SE**. 2012. 162f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia PPGeo. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE, 2012.

SILVA, Joseli Maria. **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2009.

TORRES, Ronise Pereira de Aquino. **O Sentido de Ser Pescador: Signos e Marcas no Povoado Pedreiras – São Cristóvão/SE**. 2014. 140f. Dissertação (mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia PPGeo, Universidade Federal de Sergipe/SE, 2014.

WOORTMANN, Ellen F. Da Complementaridade à Dependência: Espaço, Tempo e Gênero em Comunidades Pesqueiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, 1992.